

CAPÍTULO 7

POTENCIAL TURÍSTICO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GEOPARQUES QUARTA COLÔNIA, RS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura07>

André Luis Ramos Soares
Alexandra Begueristain da Silva

SUMÁRIO

O TERRITÓRIO

A região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul se refere ao território criado a partir da iniciativa do Império brasileiro na consolidação da ocupação do território através da criação de colônias de imigrantes europeus para ocupar o território do atual estado do Rio Grande do Sul no final do século XIX. Localizada no centro do Estado, na mesorregião do Centro Oriental rio-grandense, engloba os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, além de partes dos municípios de Agudo, Itaara e Restinga Seca. A colônia foi criada em 1877 e recebeu o nome de Colônia Silveira Martins, defensor da causa migratória.

A área do projeto possui grande potencial em diversas áreas, mas do ponto de vista científico e turístico é onde se encontra a razão da criação da proposta de um Geoparque; isso porque a região possui vasta ocorrência de fósseis, tanto de animais vertebrados e invertebrados, quanto de plantas e icnofósseis, que remontam ao período Triássico (252 milhões de anos atrás a 201 M.A.A.).

Os fósseis presentes na região da Quarta Colônia são muito diversificados e entre eles estão alguns dos dinossauros mais antigos e cinodontes avançados, estes últimos relacionados com a origem dos mamíferos. Há também os tecodontes, que são os ancestrais dos dinossauros, bem como rincossauros, dicinodontes, procolofonídeos, esfenodontídeos e peixes. As plantas também contam com registros muito importantes, como estruturas reprodutivas de coníferas, muito raras no Triássico, além de ramos e troncos. Ocorrem ainda icnofósseis, em especial pegadas de tetrápodes e escavação de invertebrados. (GODOY *et al.*, s.d., p. 420).

Parte desse potencial fóssilífero tem sido desenvolvido através do envolvimento da região pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), que mobiliza as nove prefeituras em torno do tema. Um dos méritos foi a criação de um parque paleontológico e de um centro de pesquisas, o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPP), bem como rotas paleontológicas e atividades de educação patrimonial.

Para além dos fósseis, a geodiversidade da região apresenta paisagens cênicas, riqueza fisiogeográfica e paisagística, uma vez que a região é o encontro de diversas formações geológicas, como o derrame basáltico da encosta da serra (Planalto Meridional), que encontra a Depressão Central e ainda elementos do Escudo Cristalino, como as coxilhas.

Em termos de vegetação, enquanto as várzeas e planícies são ocupadas pelas lavouras de arroz (eventualmente outras culturas), as altitudes acima da cota de 300 m.a.m. (metros acima do nível do mar) possuem vegetação preservada que herda parte de sua complexidade da mata atlântica. Nas encostas, videiras e parreirais lembram a colonização italiana, que é marca da região.

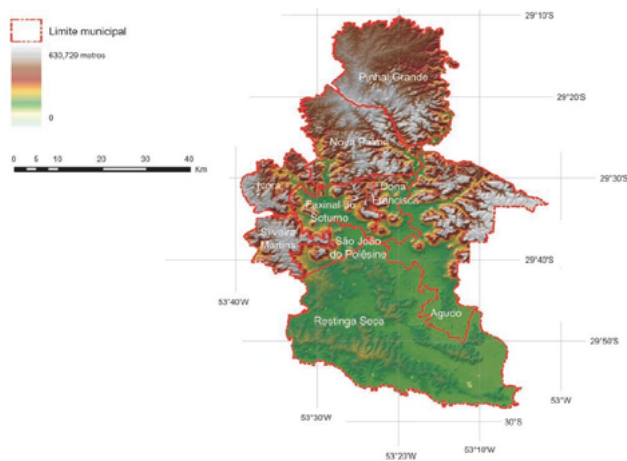
É importante conhecer as peculiaridades do território regional e as características tanto populacionais quanto comunitárias, pois são elas que tornam a região diferente de outras localidades e podem torná-la atrativa para turistas e viajantes interessados em espaços naturais e culturais distintos. É nessa perspectiva que se apresenta uma breve descrição do cenário territorial e populacional, com vistas aos diferenciais e ao que pode agregar valor em uma possível oferta turística. Para uma visão geral do território da região em estudo, as figuras 01 e 02 ilustram a região dentro do mapa do Rio Grande do Sul, município que pertence à região e os seus limites.

Figura 01- Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana no
Rio Grande do Sul



Fonte: Godoy *et al.* (s.d., p. 423).

Figura 02- Modelo Digital do Terreno e Limites Municipais



Fonte: IBGE (limites municipais retificados pelo *Mosaico GeoCover 2000*)
e *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM) (Modelo Numérico de Terreno)
apud Godoy *et al.* (s.d., p. 424).

A POPULAÇÃO

Tendo em vista conhecer quem vive, como vivem e o que fazem na região em estudo, descreve-se a área e a população. Inicialmente uma área doada a russos-alemães (SIMONETTI, 2008), a área que corresponde à Quarta Colônia somente mais tarde foi ocupada pelos primeiros imigrantes italianos. Segundo Saquet (2003, p. 82 *apud* MANFIO, 2012, p. 36):

Na colônia de Silveira Martins as primeiras turmas ficaram alojadas num barracão, na base da encosta do planalto. Este lugar foi denominado Val de Buia devido à predominância de italianos provenientes de Búia, província Údine, Itália. Em Val de Buia uns dormiam no barracão, outros em barracas feitas de lençóis ou ramos esperando a distribuição de lotes de chão.

Naturalmente, as condições propícias – a chegada de novos imigrantes chamados pelos seus parentes e a promoção da imigração enquanto projeto de estado – fizeram com que, em pouco tempo, diversos núcleos fossem criados, os quais, atualmente, são os municípios da Quarta Colônia.

A região do Projeto Geoparque Quarta Colônia tem uma população de aproximadamente 60 mil pessoas, dividida entre zona urbana e rural. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a Um (desenvolvimento humano total) passou de médio a alto no estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1990 a 2010, conforme a Tabela 1. Já na região da Quarta Colônia, embora tenha crescido até a década de 2000, acompanhou o Estado e baixou seus índices de forma geral, excetuando São João do Polêsine, que mesmo assim se manteve próximo da média do Estado. Esses índices apontam que embora a região não seja subdesenvolvida, ainda carece de condições para igualar-se à média estadual.

Tabela 1 – IDHM da Quarta Colônia

Município / Estado / país	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Agudo	0,719	0,786	0,694
Dona Francisca	0,727	0,765	0,697
Faxinal do Soturno	0,729	0,793	0,720
Ivorá	0,726	0,777	0,724
Nova Palma	0,731	0,803	0,744
Pinhal Grande	0,705	0,773	0,678
Restinga Seca	0,712	0,765	0,683
São João do Polêsine	0,738	0,804	0,748
Silveira Martins	0,726	0,796	0,742
Rio Grande do Sul	0,753	0,814	0,746

Fonte: Atlas Brasil (2013). Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>.

Pensar a região, sua história e suas condições é fundamental no planejamento de estratégias para o desenvolvimento, e é nesse sentido que a proposta do Geoparque Quarta Colônia assume seu potencial.

Conhecendo os municípios que compõem a região que compreende a implantação do Geoparque, também se percebe um forte fator cultural intrínseco, o da cultura italiana: a região é permeada por gastronomia típica italiana, religiosidade e museus que são voltados à imigração. Tudo isso agregado ao valor paisagístico e natural, arqueológico e paleontológico, que assume um diferencial capaz de atrair diversos tipos de turistas, e todos esses fatores somados, convergidos para trabalhar com o turismo, podem ser fonte de geração de desenvolvimento regional.

O TURISMO

Este capítulo também visa demonstrar a possibilidade de a atividade turística se constituir uma componente para o desenvolvimento regional,

como uma atividade econômica básica ou exportadora a estimular atividades econômicas não básicas, oferecendo, assim, subsídios para o planejamento e o desenvolvimento sustentável regional, com foco especial no Turismo e Patrimônio Cultural ou Turismo Arqueológico, que são potencialidades da Região da Quarta Colônia, a região que compõe este estudo.

A atividade turística está na agenda dos principais debates que se dão em torno dos caminhos adotados pela sociedade atualmente. Considera-se o crescimento do número de turistas e viajantes por todos os lugares do mundo e os benefícios gerados na economia, além dos benefícios sociais gerados por esse deslocamento de pessoas, em âmbito mundial, mas que se reproduzem dentro dos países em regiões que pensam em trabalhar com um turismo de foco regional, que pensam nas potencialidades e nos benefícios futuros de forma regionalizada e integrada.

Portanto, o setor de turismo pode se consolidar como uma atividade geradora de emprego, renda e desenvolvimento econômico, principalmente em regiões que apostam nesse ramo de atividade e realizam investimentos de todas as ordens, tais como: capacitações profissionais, revitalizações tanto de áreas públicas quanto privadas, além da oferta de novos serviços e produtos turísticos direcionados a todas as faixas etárias e para todos os gostos da população. Tais investimentos incluem, no caso em estudo, a criação de um Geoparque, que está em andamento e levado a cabo pelos professores e equipes da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), no Rio Grande do Sul.

Estimado como uma das atividades mais relevantes e de maior expansão, o Turismo vem se consolidando a cada dia que passa por trazer uma série de benefícios socioeconômicos aos residentes do local destino e até da região (DIAS; AGUIAR, 2002). O turismo é composto por diversos segmentos da economia, como equipamentos, serviços, infraestrutura, atrativos ao qual se relaciona. Portanto, diversas áreas estão intrinsecamente associadas a ele, como é o caso da rede hoteleira, do setor de alimentação como bares, restaurantes e similares, lojas e comércio em geral, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos dos mais variados, entre outros (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, o turismo vai além desses segmentos econômicos e sociais, pois abrange o deslocamento e o encontro entre o cidadão local e o viajante, ultrapassa a visão econômica e passa também pela visão de fenômeno social, até uma visão de turismo humanista.

O turismo tem se tornado importante objeto de estudo em função de seu efeito multiplicador econômico, refletindo em diversas áreas, como na hotelaria, nos restaurantes, nas agências, nos transportes, entre outras em crescimento. Existe o entendimento, por parte de certas agendas políticas, de que o setor seja capaz de atingir níveis mais altos de expansão e crescimento a partir da sensibilização geral do setor civil e público/privado de que o turismo pode ser considerado uma alternativa na geração de emprego e renda em nível municipal e regional, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de determinada região, como no caso em estudo da Quarta Colônia de Imigração Italiana, através da criação do Geoparque.

Para tanto, é necessário um trabalho conjunto entre os citados e o envolvimento da sociedade, como no exemplo da criação e instalação do projeto Geoparque na Quarta Colônia, ocorrendo uma mobilização coletiva na produção de um legado, pelo seu comportamento e pelas suas ações. Através dessa compreensão, o turismo poderá ser capaz de contribuir para a redução da pobreza das localidades, para o bem-estar das pessoas, para a melhoria da qualidade de vida da população local, entre outros.

Ele precisa ser pensado com uma visão voltada para a gestão, dinâmica e inovadora, pautada pelo desenvolvimento sustentável. O turismo pode ser considerado uma atividade capaz de transformar o espaço, mas ele necessita da existência de uma organização dentro do setor que promova as viagens e beneficie os locais receptores pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. Os resultados que a atividade turística é capaz de obter decorrem da movimentação econômico-financeira pelo deslocamento de pessoas de seu local habitual de residência para outros, desde que esse deslocamento seja espontâneo e de permanência temporária.

Para entender o fenômeno turístico, devem ser levados em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse da comunidade local que recebe os turistas. O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o seu tempo livre por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que a localidade se organiza e dinamiza o setor turístico. O caso é se a região da Quarta Colônia e seus gestores estão interessados em fomentar esse segundo aspecto, no sentido de receber mais turistas, de ter o que oferecer, como hospedar, como servir e entreter o viajante. Nesse sentido, a instalação do Geoparque pode contribuir tanto para a intervenção acadêmica sobre o espaço e seu manejo como para uma mudança na relação entre as pessoas, o território e os bens patrimoniais.

A partir do momento em que a procura de turistas pela região aumenta, a presença dos turistas leva o Poder Público a repensar seu desempenho às novas necessidades. Em uma esfera regional, interessada em fomentar o turismo, é inconcebível falhas no fornecimento de água, luz, rede de esgoto e no recolhimento do lixo. É necessário que a localidade tenha boa pavimentação e sinalização, minimamente.

Um dos principais aspectos capazes de fomentá-lo é o espaço geográfico e suas peculiaridades, daí aponta-se uma de suas mais importantes especificidades: o consumidor-turista, que tem, obrigatoriamente, que se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico (CRUZ, 2001). É justamente o fator “espaço geográfico” que está em pauta através da criação do Geoparque, para além dos aspectos culturais, gastronômicos, religiosos e de lazer, um aspecto que desperta interesse técnico-científico através dos fósseis e da relação entre as comunidades e seu território. Compreendemos a implantação do Geoparque como fundamental para o reconhecimento não só dos fatores geológicos e geomorfológicos, mas também da relação entre população e a natureza, as comunidades e seus patrimônios naturais e culturais.

Em função dessa característica intrínseca, o turismo acaba por impingir transformações em três diferentes porções do espaço geográfico: os polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas. O presente capítulo se debruça sobre a terceira porção do espaço geográfico, o núcleo receptor e suas potencialidades.

De acordo com a origem e o destino dos turistas, podem ser classificados como emissores e receptores, designação que tanto se pode aplicar aos municípios e às regiões como aos países de onde provêm os turistas ou aonde se destinam, respectivamente. A região ou município que se pretende como receptor dispõe de recursos, infraestruturas e instalações turísticas mínimas necessárias para acolher os turistas. Porém, para que a atividade turística exista, é necessário que haja uma oferta atrativa nos lugares classificados como receptores. A Quarta Colônia de Imigração Italiana ainda não se configura um polo ou região receptora, porém apresenta características que a colocam em evidência regional e está recebendo incentivos e investimentos para que suas potencialidades sejam atrativas para os turistas e que tenha condições de acolhê-los de forma a se tornar uma região receptora.

Os recursos naturais constituem o primeiro componente da oferta, considerando-se como tais os elementos do meio natural que satisfazem necessidades humanas. Só pelo fato de existir um elemento natural não quer dizer, porém, que exista um recurso turístico. Para isso, necessita-se de uma intervenção do homem, que atribua ao elemento natural a capacidade de satisfazer necessidades. Tal como são oferecidos pela natureza, os recursos naturais são insuficientes para garantir a permanência dos viajantes. As características naturais da região somente não são capazes de atrair e de fazer com que o turista permaneça na Quarta Colônia, e em se tratando de elementos arqueológicos, não é diferente, por isso é necessário que a sociedade invista nesses elementos para que se tornem atrativos e para que os viajantes tenham interesse em visitá-los, alojando-se, alimentando-se e permanecendo na região.

Nesse sentido, é necessário investimento e fomento na construção de equipamentos que, por um lado, permitam o deslocamento (transportes,

organização de viagens, etc.) e, por outro, assegurem aquela permanência (alojamentos, restaurantes, etc.). Sem esses equipamentos não existirá atividade turística, embora possam existir deslocações. Não existirá turismo, uma vez que este se caracteriza pela transferência de divisas de um local (centro emissor) para o outro (centro receptor).

A partir da produção de bens e serviços, na região turística podemos compreender fatores intangíveis que colaboram para a satisfação das necessidades dos turistas. Um dos principais fatores é o acolhimento. Segundo Cunha (1997), o acolhimento é um conjunto de comportamentos, de políticas e de técnicas utilizados para realizar a aproximação do turista no sentido de uma relação humana de qualidade com o fim de satisfazer a sua curiosidade, as suas necessidades, seus gostos e suas aspirações, e na perspectiva de desenvolver um clima de reencontros e de troca a fim de estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres.

Desse modo, pode-se definir como oferta turística o conjunto de fatores naturais, equipamentos, bens e serviços que provoquem o movimento de visitantes, satisfaçam as suas necessidades de deslocamento e de permanência. Considerando como bem tudo o que satisfaça as necessidades humanas e esteja disponível para esse fim, a oferta turística compreende todos os bens e serviços que satisfazem as necessidades turísticas, podendo dividir-se em quatro grupos: 1- Bens livremente disponíveis que, não sendo bens econômicos, por definição, constituem as bases fundamentais da produção turística: o clima, as paisagens, o relevo, as praias, os lagos, as fontes termais; 2- Bens imateriais que, resultantes da maneira de viver do homem, exercem sobre os outros homens um fenômeno de atração: tradições, cultura, exotismo; 3- Bens turísticos básicos criados que, pelas suas características ou dimensões, provocam o desejo de viagem: monumentos, museus, parques temáticos, centros desportivos, estâncias termais; 4- Bens e serviços turísticos complementares que, resultando, em exclusivo, da ação do homem, permitem as deslocações e garantem as necessidades de permanência: meios de transporte, vias de comunicação, meios de alojamento e alimentação.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Antes de aprofundarmos os conceitos de Desenvolvimento, primeiramente, é necessário entender o significado desse termo. Uma breve procura em dicionários e fontes não oficiais terá resultados como crescimento, expansão, propagação, incremento, amplitude, entre outros, de modo que o termo desenvolvimento remete a uma transformação positiva de características, ou seja, a passagem de um estado inferior para um estado aprimorado. Sendo assim, falar em desenvolvimento local é falar em modificar a situação atual de uma localidade, tornando-a aperfeiçoada, melhorada, aprimorada. Para tanto, é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual da localidade e traçar os objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar (ÁVILA, 2006).

O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cada cidade, cada vilarejo ou comunidade possuem características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado, e até mesmo inconsequente, afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local.

Souza (1999) oferece algumas questões norteadoras que podem contribuir de forma relevante para pesquisas que buscam resultados sobre a prática do turismo como meio de desenvolvimento local: Quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com essa atividade? Quais são os grupos envolvidos na atividade (segmentos sociais, distribuição de renda, características culturais, necessidades e desejos) e quais os contrastes existentes entre esses grupos? Qual a natureza do turismo em questão (predatório, humanista, enriquecedor, ético)?

Ainda que o turismo possa gerar impactos positivos significativos nas cidades e regiões receptoras, quando mal planejado e gerido, pode gerar externalidades negativas ao núcleo receptor e refletir seus impactos para além do destino visitado (DALLAGNOL, 2012).

No presente capítulo, acredita-se nas premissas que fazem parte dos modelos de desenvolvimento local endógeno (DLe), com os quais se corrobora. O desenvolvimento local endógeno se refere ao desenvolvimento que acontece a partir do interior da localidade, partindo dos interesses de seus habitantes e considerando suas capacidades, competências e habilidades, conforme exposto por Ávila (2006). O desenvolvimento local

Consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2006, p. 68).

A partir do ponto de vista delineado por Ávila (2006) de que o DLe parte da comunidade para a comunidade, os interesses da população local, assim como sua capacidade de gestão e aproveitamento de suas características endógenas e de recursos exógenos a ela destinados, são os fatores preponderantes para que o desenvolvimento ocorra. Fortunato e Silva (2011, p. 92) enfatizam que o desenvolvimento local “[...] procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e mercado”.

O turismo com base no desenvolvimento local representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada (destruição de suas singularidades). Impede que haja degradação da paisagem do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais. O turismo com base local ou regional compõe uma intercessão possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representando a possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local favorece a possibilidade de alavancar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

O turismo está envolto por uma série de conceitos e percepções ligados ao tema do deslocamento e das viagens, mas também do encontro entre os diferentes. Pode remeter ao turista a ideia de férias, ao empreendedor a ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de emprego e renda e à comunidade autóctone a ideia de desenvolvimento local (PANOSSO NETTO, 2010). Não há um consenso entre os autores, os pesquisadores e as instituições ligados ao setor sobre uma definição única do turismo. A sua epistemologia tem sido tema de pesquisa de alguns autores, mas as definições dadas por eles, ainda que bastante esclarecedoras, trazem limitações quanto à abrangência e à realidade do fenômeno (PANOSSO NETTO, 2010).

As definições de turismo podem ser classificadas em três grupos: definições econômicas (com enfoque comercial e econômico), definições técni-

cas (com enfoque estatístico e de institutos de turismo) e definições holísticas (que tentam abarcar todos os aspectos envolvidos no turismo). Panosso Netto (2010), por sua vez, considera que existem três distintas visões sobre o turismo: a visão leiga, a visão empresarial e a visão acadêmico-científica. A visão leiga entende o turismo como descanso, férias, viagem etc. A visão empresarial considera as oportunidades de renda e lucros financeiros advindos da geração de produtos e serviços oferecidos ao viajante. A visão acadêmico-científica entende que o

Turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo. (PANOSSO NETTO, 2010, p. 17).

Mamede (2003, p. 36) explica que “[...] o desenvolvimento socioespacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos, ou seja, eleger ela própria e conscientemente as suas prioridades e os meios para concretizá-las”. Dessa forma, também corrobora a importância da participação coletiva a fim de encontrar as formas adequadas para o desenvolvimento local, o qual parte dos interesses internos da comunidade e é planejado e executado por seus membros, contribuindo para o sentimento de pertença dos indivíduos ali estabelecidos e fortalecendo os laços comunitários e o cuidado para a preservação de suas características naturais e culturais. Buarque (2008, p. 25-26) entende o Desenvolvimento Local endógeno da seguinte forma:

[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Nessa perspectiva, é necessário que a própria comunidade descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornarem o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecerem qualidade de vida à população local.

O TURISMO ARQUEOLÓGICO: POTENCIAL REGIONAL

Embora se saiba que o ponto alto do Geoparque Quarta Colônia seja o patrimônio paleontológico, e por conseguinte o turismo paleontológico, deve-se ter em conta que ambos, arqueológico e paleontológico, são patrimônios que têm alta capacidade de mobilização da opinião pública e de recursos. Há que se ter em mente que o turismo arqueológico não se restringe ao pré-histórico e, nesse sentido, a Quarta Colônia é riquíssima em taperas, casas abandonadas, quintas e outras ocupações, que remetem aos primeiros imigrantes europeus da região.

A ocupação pré-histórica, embora de longo alcance temporal, remetendo a mais de 3 mil anos atrás, não tem o chamariz de uma cultura material apelativa ou com artefatos facilmente reconhecíveis. Então os raspadores, os talhadores, os bifaces e as lascas retocadas, que do ponto de vista acadêmico são tão importantes quanto qualquer outro artefato, do ponto de vista museal e turístico correm o risco de ser pouco atrativos se não houver uma grande ex-pografia bem planejada. Isso é importante reafirmar, uma vez que quase todos os municípios da Quarta Colônia possuem seus museus ou suas coleções arqueológicas locais, mas os artefatos ainda sofrem do epíteto de curiosidade ou, pouco mais que isso, os atrativos são milhões de anos mais antigos ou recuam a menos de dois séculos. Devemos dar ênfase ao fato que, de talhadores a boleadeiras, de pontas de projéteis a cerâmicas indígenas, quase todas as cidades possuem acervo arqueológico. Por que então não os aproveitar turisticamente?

Assim, faz-se necessária a identificação destes (patrimônios) através de levantamentos sistemáticos, escavações e envolvimento das comunidades no processo de cognição e apropriação deste patrimônio, que fazem parte do grande trabalho que contempla este projeto. (MILDER, 2009, p. 08).

A construção do projeto Geoparque e de seus atrativos turísticos tem que ser pensada de forma mais ampla a fim de não se perder a essência do Geoparque enquanto território a ser preservado. Considerando os atrativos da paleontologia, dos geosítios e das paisagens naturais, é importante colocar o ser humano nesse cenário construído a partir do Triássico. Então as saídas para a arqueologia pré-histórica e histórica são duas:

- Como inserção primeira do ser humano na paisagem do passado, já no holoceno, mas com tecnologias e relações distintas com o ambiente, a

- flora e a fauna, bem como a relação entre as distintas sociedades humanas que viveram entre 5.000 antes do presente até a chegada dos europeus;
- Como passado recente, de reconstrução de parte da história dos primeiros imigrantes, a partir da cultura material, seus objetos e seu manejo do território no passado.

Dessa forma, a arqueologia, mesmo em caráter de ciência auxiliar, pode consolidar uma percepção pouco usual do cotidiano da história. Que artefatos vieram da Europa? O que criaram? Quais elementos eram comercializados no final do século XIX em uma longínqua região serrana? O cotidiano dos imigrantes pode ser observado através de sua cultura material?

Através deste trabalho pretende-se estabelecer uma nova forma de pensar o objeto arqueológico, ou seja, além de análises artefatuais e espaciais da inserção destes sítios na região, a visualização do artefato arqueológico sob a ótica do imigrante. Ou ainda, introduzir a Tradição oral como documento para o resgate das representações dadas por moradores da Quarta Colônia à cultura material. (MILDER, 2009, p. 09).

No projeto já desenvolvido na Quarta Colônia, existe uma predominância de sítios pré-históricos líticos e cerâmicos, mas a ênfase que daremos aqui é o potencial dos sítios arqueológicos históricos. Esses sítios, já prospectados, mas pouco escavados, devem fazer diálogo com as fontes históricas com o objetivo de serem traçadas as memórias das comunidades locais, ao mesmo tempo que é resgatada a materialidade da ocupação dos imigrantes na região. Nesse sentido, a arqueologia pode oferecer um roteiro de memória histórica e arqueológica que valoriza e resgata os imigrantes em sua história a partir das fontes materiais, sem se esquecer de que o passado é feito, para além de documentos e materialidades, de sentimentos e saberes. Vamos elencar um possível

roteiro histórico/arqueológico que deve se destacar na história e paisagem da Quarta Colônia:

1. Cemitério dos Montuanos. Escavado pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas até 2005, trata-se de uma escavação de 300 m² em local desativado como cemitério, no qual se encontraram vidros, fundações dos muros que circundavam o local, bem como restos de cruzeiros de metal (MILDER, 2009).
2. A tapera dos Rizzi. O local hoje em ruínas pertenceu à família Rizzi. No local, foram observadas estruturas de uma “cantina”, paredes de pedra duplas aproveitando o desnível do terreno para acondicionar vinhos e preservar mantimentos. O sítio arqueológico registrado como RS – SMRT – 02, “Tapera dos Rizzi”, foi escavado em uma área de aproximadamente 130 m², na qual foram resgatados fragmentos de louça, inclusive de produção local, grês, vidros, telhas, tijolos, entre outros objetos, e inclusive estruturas como uma possível “cozinha” da residência, um galpão e um poço (MILDER, 2009). Podemos destacar a presença de faianças finas, do século XIX, de proveniência europeia, ou seja, vieram juntamente com os imigrantes, não sendo adquiridas depois (como atestam o período de fabricação). A cidade mais próxima, Santa Maria, neste momento é uma cidadela de difícil acesso. Por isso também é evidenciada a presença de cerâmica e louça produzida no próprio núcleo de Silveira Martins (MILDER, 2009).
3. Sítio Moacir Rossato. Igualmente importante para fins de arqueologia, são os sítios pré-históricos, representantes dos povos indígenas que habitaram a região, visíveis através dos artefatos líticos e cerâmicos, muito presentes em toda a região da Quarta Colônia (MILDER, 2009). São abundantes em toda a região, e é bastante comum que os agricultores encontrem artefatos arqueológicos em seus plantios.

No que concerne a este capítulo, é importante destacar, tanto para a contribuição para a história quanto para a arqueologia sobre o passado da

Quarta Colônia, que a arqueologia pode ser um contributo a ser explorado na região, seja na constituição do Projeto Geoparque ou na formação de um roteiro turístico que envolva também o passado colonial e pré-colonial da região.

O POTENCIAL DO TURISMO PARA GERAR DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tendo em vista que as localidades podem aproveitar seus potenciais, principalmente os naturais, tais como os abordados neste capítulo, as habilidades, capacidades e competências dos sujeitos que as integram para desenvolverem-se de forma endógena pressupõem que localidades com potenciais turísticos podem se desenvolver a partir de estratégias que busquem o incremento da economia local e a melhoria da qualidade de vida de sua população a partir da otimização de suas características naturais, históricas e culturais.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) propôs algumas diretrizes éticas que direcionam a atividade turística em comunidades locais, tais como: “[...] comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que referem, especialmente na criação direta e indireta de emprego que ocasionalmente” (OMT, 1999, p. 6). Fica claro que seus pressupostos partem de fora para dentro, ou seja, de políticas e empreendimentos exógenos à comunidade, e que são orientados a incluir os sujeitos autóctones em seus projetos. Trata-se, sobretudo, de desenvolver um turismo guiado por valores locais e orientado para a minimização das agressões à cultura local e ao ambiente natural – lugar de moradia do cidadão local –, assim como de reduzir a dependência econômica externa. Fica clara a importância do planejamento político para que o turismo seja fonte de desenvolvimento local. Castro, Cruz e Guzmán (2011, p. 23) apontam que

Há necessidade de uma formulação da concepção política, a partir da qual seja possível trabalhar o turismo com visão estratégica, compreendendo-o como instrumento de desenvolvimento local, através de um processo de engajamento e participação comunitária. O desenvolvimento local é uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia o “olhar comunitário”.

Através dos pressupostos do DLe expostos acima, fica claro, portanto, que a participação da comunidade local para a decisão de implementação – ou de não implementação – de projetos turísticos e quais tipos de projetos devem ser implementados é fundamental. Muitas comunidades têm visto no turismo receptivo uma opção de melhoria de suas condições de vida. Ou seja, o turismo de base comunitária possibilita à população local ter um controle efetivo das decisões sobre o turismo no local e sobre o desenvolvimento de suas atividades. Pratica-se, assim, a gestão comunitária daquilo que é oferecido como serviços e atrativos turísticos, valorizando aspectos culturais e naturais do local.

Para que o Desenvolvimento aconteça de fato, é fundamental que existam empreendedores e trabalhadores interessados em oferecer produtos e serviços turísticos e, por fim, é imprescindível que existam pessoas que, mesmo sem entendimento técnico ou acadêmico sobre o turismo, estejam interessadas em viajar, descansar e usufruir um determinado destino. É necessário, ainda, considerar a visão do morador, habitante do local anfitrião, que é influenciado direta ou indiretamente pela prática do turismo (DALLAGNOL, 2012). No caso do Geoparque da Quarta Colônia, há o incentivo, a qualificação técnica e de gestão advindos da UFSM em consonância com o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e as prefeituras locais. Por conseguinte, há de ter o aval e o apoio dos cidadãos para receber o turista.

O efeito multiplicador da atividade turística é uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que não é apenas o núcleo receptor que se beneficia. Qualquer cidade pode se beneficiar

do turismo, ainda que não tenha a presença e permanência do turista no município. No caso dos municípios envolvidos no Geoparque, muitos não têm hospedagem; outros, serviços para o turista, mas dentro da região uma cidade complementa a outra em um roteiro integrado. Para isso, aquele município que não tem a presença do turista, pode ser o fornecedor de bens que serão consumidos por ele, como produtos artesanais, industriais, agrícolas, alimentícios, mão de obra, etc.

Aí se encontra um dos pontos principais, na região da Quarta Colônia, se os municípios que a compõem não têm condições de oferecer ao turista toda a comodidade e os serviços necessários para a sua permanência, visto que a cidade de maior porte e que estabelece limites com a região é Santa Maria, que por sua vez também se beneficiará com o desenvolvimento turístico da região. Justamente entendendo o turismo de forma integrada e regionalizada é que se pode aproveitar e usufruir dos benefícios da atividade turística tanto de forma econômica como com a manutenção de espaços naturais, espaços de memória, preservação dos patrimônios histórico-culturais da região etc.

O turismo tem como um de seus benefícios ser capaz de auxiliar na preservação de parques naturais, recreações ao ar livre e manutenção de áreas como atrações que, de outra forma, podem ser deteriorados ecologicamente. Quanto à preservação de locais históricos e arqueológicos, o turismo funciona como incentivo para ajudar a pagar a manutenção desses locais (como atrações para turistas), que, de outra forma, podem ser deteriorados ou até mesmo desaparecer. O turismo também funciona como incentivo para manter o meio ambiente agradável como um todo através do controle do ar, da água, da poluição sonora, de problemas com o lixo. E mais, pode incentivar a melhoria da estética ambiental por meio de programas de paisagismo, *designs* adequados de construções e melhor manutenção. No aspecto econômico, é capaz de aumentar as receitas dos municípios, gerar impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerar ocupação e renda para a população local e redistribuir a renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Souza (1999), é nítida a importância que o turismo tem como gerador de desenvolvimento local desde que as potencialidades endógenas sejam consideradas. Ainda de acordo com Souza (1999), deve-se pensar o local na forma de uma dimensão socioespacial que objetive como prioridade a conquista do bem-estar da comunidade e que não permita a exclusão social e a degradação ambiental.

Vale ressaltar, no entanto, que de maneira geral os projetos endógenos priorizam os anseios e interesses da comunidade local e que, portanto, podem resultar positiva ou negativamente em função dos caminhos tomados por seus participantes. Acredita-se que a orientação de profissionais especializados é fundamental para o apoio na tomada de decisões dos atores sociais envolvidos.

Tendo em vista a capacidade do efeito multiplicador na atividade turística, conclui-se que ela pode se apresentar como uma excelente alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira que preserve a identidade cultural local, conserve os patrimônios (natural e cultural) e dinamize a economia da região.

Observa-se, ainda, que para uma localidade se tornar turística, não basta ela possuir atrativos. É preciso que disponha também de um conjunto de serviços de acesso e infraestrutura. Portanto, o desenvolvimento não deve ser percebido somente como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos permaneçam a reduzi-lo a esse significado.

O turismo sendo capaz de causar desenvolvimento aos municípios deve privilegiar a questão social e fazer com que a questão econômica venha como uma consequência. A pesquisa sobre o turismo como fator de desenvolvimento local deve ser incrementada em lugares onde novos projetos possam surgir, tal como a criação do Geoparque Quarta Colônia. Aqui apresentamos uma perspectiva de exploração dos bens arqueológicos como forma de ampliar

a cronologia que começa na formação do planeta, depois com os dinossauros, passando naturalmente pelos primeiros habitantes ou mesmo pelos antepassados recentes.

A renovação de destinos turísticos é possível, e o desenvolvimento que pode acompanhá-la dependerá de planejamento, engajamento e participação do público mais interessado no local: a comunidade, os setores público e privado, as IES (Instituições de Ensino Superior) etc., enfim, aqueles que ali vivem.

São cada vez mais urgentes e necessários estudos que apontem os meios adequados para fomentar um turismo humano enquanto atividade e fenômeno social capaz de contribuir para o desenvolvimento local para além do viés econômico. Enfim, um dos princípios fundamentais para lugares que visam ao turismo como uma possibilidade de desenvolvimento local é justamente melhorar a qualidade de vida das partes envolvidas nesse fenômeno. Nesse sentido, o turismo arqueológico deve ser tão impactante quanto o paleontológico, um caso bem planejado.

Por fim, entende-se que projetos turísticos, tais como o do Geoparque, que avalia de forma prioritária os atributos locais, como o contexto econômico, social e cultural, a capacidade de carga e o desejo coletivo da comunidade local, podem colaborar positivamente para o desenvolvimento local e também podem minimizar os possíveis impactos negativos da atividade turística. A demonstração de tal desenvolvimento aparecerá conforme pesquisas forem sendo realizadas com a comunidade local no curto, médio e longo prazo. São os sujeitos locais, os viventes de determinado lugar, que serão capazes de analisar e opinar se o turismo foi fundamental ou não para melhorar a qualidade de vida e do bem-estar social. Espera-se que a arqueologia possa dar seu contributo à construção desse projeto e que isso se concretize no Geoparque Quarta Colônia, trazendo todos os benefícios que um turismo bem planejado, sustentável e humano pode trazer à região.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **IDHM da Quarta Colônia**, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 23 set. 2020.

ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA, 2006.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CASTRO, L. L. C.; CRUZ, G.; GUZMÁN, S. J. M. Uma abordagem teórica da aplicação do Balanced Scorecard como ferramenta de gestão de destinos turísticos de base comunitária. **Revista de Cultura e Turismo**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 19-32, 2011.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo, SP: Roca, 2001.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw'Hill, 1997.

DALLAGNOL, S. Impactos do turismo X comunidade local. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semintur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol. Acesso em: 13 jul. 2013.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Alínea, 2002.

FORTUNATO, R. A; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; SILVA, R. C. da; ZERFASS, H. **Geoparque Quarta Colônia (RS) Proposta**. Vol. 1. Sem data de publicação. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17170/quartacolonia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MAMEDE, V. S. M. D. Participação e desenvolvimento do turismo local. *In*: MARTINS, C. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de Imigração Italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 31- 45, maio/ ago. 2012.

MILDER, S. E. S. **Projeto de Valorização do Patrimônio Arqueológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS**. Relatório Final, Portaria IPHAN nº 07/ anexo III, setembro de 2009, Processo Administrativo nº 01512.00049/2005-78. Santa Maria: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA/UFMS, 2009.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Guia para administrações locais: desarrollo turístico sostenible**. Madrid: OMT, 1999.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

SIMONETTI, F. **Imigração russo-alemã em Silveira Martins, século XIX**. 2008. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A. B. **Turismo**. Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.